

A Influência das Famílias de Origem nas Relações Conjugais

Cintia Quissini¹

Leda Rúbia Maurina Coelho²

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar a percepção de homens e mulheres, separados ou já divorciados, sobre a influência das famílias de origem na escolha do companheiro, no relacionamento marital e na separação conjugal. A pesquisa baseou-se em entrevista semiestruturada e análise de conteúdo, o embasamento teórico teve suporte nas abordagens sistêmica e psicanalítica. As três categorias de análise versam sobre: escolha conjugal, relacionamento conjugal e separação conjugal. A partir destas foi possível identificar no conteúdo das falas dos participantes o reconhecimento de semelhanças do seu relacionamento conjugal com o de seus pais ou sogros, bem como da influência mais diretiva das famílias de origem em diversas fases da vida conjugal.

Palavras-chave: casamento, divórcio, relações familiares.

The Influence of Family Values in Marital Relationships

Abstract

This study aimed to investigate the perception of men and women, separated or already divorced, on the influence of families of origin in mate choice, the marital relationship and marital separation. The research was based on semi-structured interviews and content analysis, the theoretical basis was supported in systemic and psychoanalytic approaches. The three categories of analysis deal with: marital choice, marital relationship and marital separation. From these it was possible to identify the content of participants' speech recognition of similarities of their marital relationship with their parents or in-laws as well as more policy influence of families of origin in various stages of married life.

Keywords: marriage, divorce, family relations.

Introdução

No casamento, estão implícitos muitos desafios: as projeções feitas com o companheiro anteriormente ao matrimônio, à bagagem das experiências familiares, o comportamento, os princípios/valores familiares, as frustrações mal resolvidas, os conflitos na infância e tantas outras vivências. Tudo isso, entre outras causas, não raras vezes, podem repercutir na vida a dois, levando

¹ Psicóloga (IMED).

² Psicóloga (UPF), Especialista em Intervenções Psicossociais (UPF), Mestre em Educação (UPF), Doutoranda em Psicologia na PUCRS, professora da Escola de Psicologia da IMED.

ao estresse e sofrimento psicológico-emocional, e, conseqüentemente, podendo contribuir no desgaste e até mesmo ao rompimento do enlace marital.

É importante salientar que no que tange os relacionamentos amorosos, as pessoas possuem no psiquismo particularidades inconscientes já preestabelecidas (Freud, 1913, 1914). Essas particularidades poderão influenciar na escolha do parceiro e no contexto conjugal. Esse lugar topológico reúne uma história anterior dos sujeitos com a história atual dos parceiros, em que cada um terá construído seus ideais, suas imagens e fantasias sobre a conjugalidade, estando referenciadas com o relacionamento que se estabelecia dos próprios pais e nas gerações familiares antepassadas. Todos esses fatores podem contribuir ou prejudicar o relacionamento futuro de uma relação conjugal (Féres-Carneiro, 2005).

Nessa perspectiva da pesquisa, cabe de início abordar que, a escolha do cônjuge obedece a razões conscientes e inconscientes e o sujeito acaba sendo influenciado pelos modelos amorosos com base nas suas vivências e percepções resultantes da família de origem, seguindo aspirações similares (Rosset, 2005; Féres-Carneiro, 2005) e, também, por fatores socioculturais (Zordan, 2008; Féres-Carneiro, 2010).

Os relacionamentos amorosos partem “de um porto seguro”, onde os parceiros completam suas lacunas, em nível inconsciente. O casal busca companhia, segurança relacional e boa convivência, além de criar expectativas que precisarão ser satisfeitas (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003). Corroborando com esta afirmativa, Féres-Carneiro (2005) refere que casar pode propor um rito de normalidade para a sociedade, e, as pessoas casam-se acreditando ser pelo amor; contudo, há também necessidades inconscientes de aprovação, de sexo, de preenchimento de um sentimento de vazio, de apoio, ou, ainda, um bom motivo para se libertar das amarras da família de origem, em busca deste referido “um porto seguro” por tempo indeterminado.

Ao se engajar na relação a dois, os autores, Groisman (2006a), Magalhães e Féres-Carneiro (2007), dizem que é fundamental que cada parceiro experimente uma reconstrução de sua identidade passada e que, através desta, referencie a identidade conjugal futura, e que essas transmissões dos valores familiares/geracionais registram o inconsciente dos parceiros, influenciando-os nesse processo. É nessa medida, pois, que a construção de uma história em comum com mudanças à conjugalidade e ações poderá afetar e comprometer o outro (Diniz Neto & Féres-Carneiro, 2010).

No namoro, as diferenças entre os parceiros são percebidas, mas são facilmente aceitas, pela falsa crença de que um poderá modificar o outro depois do casamento (Féres-Carneiro, 2005). Segundo Rosset (2005), quando casados, as preferências, os gostos pessoais, as opiniões, os hábitos, os anseios e os desejos como as diferenças se tornam mais incômodas na convivência a dois.

Diante dessas explicações, ressalta-se que as relações conjugais evoluem quando as transmissões disfuncionais da família de origem se afastam. Portanto, perceber e entender que os sujeitos precisam discernir e optar às quebras nas transmissões familiares, interrompendo as repetições, possibilita-os ao crescimento de casal/família, usufruindo das transformações dessa nova fase (Diniz Neto & Féres-Carneiro, 2005; Groisman, 2006a).

Logo, observa-se que nos dias atuais, as transformações de ser casal e família, vêm se apresentando em múltiplas modalidades, entre eles casais vivendo em casas separadas, as tríades relacionais consensuais (Perlin & Diniz, 2005), uniões estáveis com filhos (Waldemar, 2008), os casais legalmente casados sem filhos (Féres-Carneiro & Ziviani, 2010); as poligâmias, os poliândricos (Diniz Neto & Féres-Carneiro, 2005); relações abertas; uniões homoafetivas; relacionamentos poliamorosos (Féres-Carneiro & Ziviani, 2010); e, claro, casais heteroafetivos casados no civil com filhos. Todas essas mudanças e contrastes relacionais surgem, indistintamente, nesse período, em suas configurações estruturais e arranjos diferentes dos que se estudava há 50 anos, conforme abordam Perlin e Diniz (2005). Agora, o casamento passa a ser considerado, segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2003); Féres-Carneiro e Ziviani (2010), como uma escolha individual, responsável e autônoma, baseado em laços de afeto e de afinidade, que representam uma relação de significações muito intensa na vida dos sujeitos.

Percebe-se que as relações conjugais e familiares estão entrando num período distinto em comparação aos outros já vividos, mas Goldenberg (2001), diz que o modelo de casamento tradicional ainda ocorre com a exceção de as escolhas serem feitas com maior liberdade e as separações conjugais, com mais facilidade. De acordo com Féres-Carneiro (2005), o casamento carregado de romantismo em seu entorno, geralmente, esconde problemas que mais tarde tendem a emergir com crises difíceis de serem superadas. Tais problemas ocorrem quando os cônjuges enfrentam os distintos valores da cultura familiar herdada, podendo este ser o principal viés das causas dos conflitos e, muitas vezes, os casamentos se desfazem por motivos resultantes de disfuncionalidades da família de origem, que, por sua vez, desestabiliza o casamento (Féres-Carneiro, 1998; Groisman, 2006b).

Os valores familiares constituídos por padrões comportamentais, crenças, princípios, ritos e costumes são levados de geração em geração (Féres-Carneiro, 2005; Zornig, 2010). O nosso psiquismo registra as raízes familiares, transmitidas por meio dos comportamentos, que permeiam as relações no presente e as delineiam para o futuro. Ao deparar-se com as divergências culturais familiares um do outro a relação se estabelece e se concretiza (Groisman, 2006).

Nesse sentido, a abordagem sistêmica e psicanalítica, respectivamente, referida por Féres-Carneiro (2005); Magalhães e Féres-Carneiro (2007); Zorning (2010) classificam a família como possuidora de poder geracional, construindo em todos os seus membros transmissões psíquicas que são compartilhadas de maneira ampliada no seu sistema, de modo a constituir hierarquias e as demais relações sociais dentro desse funcionamento circular.

Também Féres-Carneiro e Diniz Neto (2008) mostram, na dimensão sistêmica, a intergeracionalidade que apresenta a família como uma rede de influência mútua e com repetições, procurando estudar as delegações transmitidas e as lealdades estruturadas através de três gerações passadas, ou seja, na transgeracionalidade. Os estudos das histórias geracionais das famílias e suas repercussões no contexto da vida conjugal têm gerado tema de pesquisas e objeto de teorizações. Este estudo teve como objetivo investigar as percepções que homens e mulheres separados e

divorciados têm sobre a influência das famílias de origem na escolha do cônjuge, na vida marital e na decisão da separação.

Método

Descrição dos participantes

Foram entrevistados dez participantes, seis mulheres entre 23 e 47 anos e quatro homens entre 24 e 48 anos, separados e/ou divorciados – considerando-se casamentos oficializados e uniões estáveis – cujo tempo de separação/divórcio variou entre dois meses e 12 anos.

Procedimentos e instrumentos

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Meridional – IMED procedeu-se ao recrutamento dos participantes que utilizavam o serviço oferecido pelo Núcleo de Prática Jurídica - Nujur/IMED. Mediante esclarecimentos e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram desenvolvidas em uma sala de estudos privada, localizada na biblioteca da IMED, de acordo com a disponibilidade dos participantes, sendo que o tempo de duração das entrevistas variou entre 25 e 47 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

O presente estudo, de natureza qualitativa e descritiva, utilizou como método de coleta entrevistas semiestruturadas. Já para análise das informações, utilizou-se dos passos de Bardin (1977) na análise de conteúdo. As narrativas foram agrupadas em categorias (Moroz, 2002; Deslandes, 1994). Também para a elaboração das categorias, Franco (2005) recomenda dois caminhos: 1) categorias criadas *a priori*, pré-ordenadas em razão da procura de respostas específicas do investigador; e 2) categorias não definidas *a priori*, as quais surgem das falas dos sujeitos após diversas leituras do material de análise e da teoria. Neste caso, optou-se pelo primeiro caminho descrito, considerando os três grandes temas incluídos no objetivo geral desta pesquisa.

Resultados

As categorias de análise

A análise parte das percepções de homens e mulheres, separados ou já divorciados, sobre a influência das famílias de origem nas relações conjugais são descritas e analisadas a partir de três categorias centrais, estando organizados da seguinte forma – a escolha conjugal, o relacionamento conjugal e a separação conjugal. Os gêneros seguem enunciados pela letra “F” para feminino,

discorrendo do número 1 a 6 e “M” para masculino, seguida dos números 1 a 4. É importante notar que “F.2 e M.2” são participantes que, outrora, compunham um casal.

A escolha conjugal

A escolha conjugal circunscreve o lugar do sujeito na cadeia geracional, e é no momento do encontro amoroso que os elos geracionais dos parceiros se misturam e formam a matriz da conjugalidade. Os parceiros são inconscientemente impulsionados no sentido da realização de mandatos familiares transmitidos (Féres-Carneiro & Ziviani, 2010).

O lugar que o casamento dos genitores ocupa nos projetos de vida de seus filhos se entrelaça nos modelos de transmissão psíquica familiar. A maneira como os filhos se aproximam de suas heranças familiares influencia-os nas suas trajetórias de vida futura amorosa (Magalhães & Féres-Carneiro, 2007).

Os discursos a seguir evidenciam o reflexo da família de origem diante da escolha do parceiro. A busca por semelhanças com seus genitores estimulou a escolha de seus companheiros, revelando características similares quanto aos cuidados dos pais na criação e no modo de tratamento entre si.

“O comportamento que ela tinha comigo parecia o comportamento que minha mãe tinha com o meu pai...” (M.1).

“... eu poderia dizer que o jeito dela eu achei na minha mãe, mas são sentimentos bem diferentes. Sinceramente queria buscar uma mãe, uma mulher e uma amiga ao mesmo tempo...” (M.2).

“O meu pai se parecia no sentido do tratamento em si, da parte carinhosa, não sei. Os erros que o meu pai apontava em mim eu percebia que ele também apontava, nesse sentido assim. E às vezes eu buscava uma referência como eu, estava aqui e não tinha mais a minha família por perto, aí ele acabava sendo toda a minha família, toda a minha referência. Então eu tinha que me apoiar nele...” (F.4).

Conforme Anton (2000), não é por acaso que diversas opções feitas ao longo da vida e determinadas posturas no seu decorrer resultam em influências de fatores internos, longe da consciência, capazes de contribuir na escolha do cônjuge. Por isso pode se dizer que apesar da escolha do cônjuge trazer projeções inconscientes a pessoa tem liberdade consciente relativa, pois está imersa a muitas expectativas pessoais, sociais e familiares, sendo fortemente influenciada pelas transmissões familiares (Rolim & Wendling, 2013).

Logo, surgem as percepções de que os mandatos familiares decidem pela consolidação desse enlace:

“Daí eu engravidei e nós casamos. Meu pai fez a gente casar, na época era assim que funcionava...” (F.3).

“A minha família me incentivou a casar com ele mais do que eu queria casar. Então foi mais por incentivo da minha família o meu casamento com ele, e, não por mim mesma” (F.6).

“... a mãe dela queria que ela casasse comigo porque as famílias se conheciam e a mãe dela sabia que a minha família era uma família boa, né. ... Mas ela casou comigo não gostando de mim, digamos assim” (M.4).

“... Eu engravidei na época. Há 26 anos não tinha muito que se fazer. ... tá namorando, engravidou, tem que casar. E se cabe falar aqui, na verdade, quando eu casei, eu já sabia que não era aquilo que eu queria, aquele encanto tinha acabado, mas como adolescente envolvia a família... Eu tinha 17 anos quando engravidei, fui levada pelas circunstâncias mesmo... ele não tinha nada a ver com algum familiar meu. Mesmo o conhecendo melhor depois de 12 anos de casada, nem em caráter, personalidade, não reconheço ninguém da minha família, não...” (F.5).

A influência familiar pela decisão do enlace marital aparece nos relatos acima. As falas remetem às incumbências valorativas da família de origem frente à situação, sem consentir qualquer tipo de escolha na decisão idiossincrática desses sujeitos. Assim, a família, muitas vezes, decide por todos e tem suas regras, ainda que seja outra, a vontade de seus membros.

Observou-se nas narrativas seguintes, diferenças percebidas à fase inicial, o namoro, e pelo transcorrer do matrimônio:

“No começo era ótimo, mas depois foi complicando” (M.1).

“... eu sinto falta da pessoa que eu conheci. Porque ele modificou muito com o tempo” (F.2).

“A atenção do começo com a pessoa, tanto eu me doando pra pessoa quanto ela se doando, é bem diferente do meio pro fim” (F.4).

A respeito destas transcrições, Barthes (2003) explana que, todo o relacionamento amoroso é um drama, pois no início da relação amorosa tudo parece mágico. Na primeira fase do “amor”, as duas pessoas não vivenciaram conflitos, confrontos intrínsecos característicos do relacionamento diário.

Percebe-se, então, a discrepância no momento de iniciação do namoro para a convivência no enlace marital, frente às peculiaridades em cada fase, ou seja, os conflitos inicialmente se reduzem e facilmente se resolvem, ou nem chegam a acontecer. Depois, acontece o contrário, os parceiros não conseguem se conservar os mesmos, (Groisman, 2006a). Não conseguem e talvez nem poderiam, pois com o acúmulo dos diferentes papéis (conjugal e parental entre outros) e as demandas inerentes ao papel parental são grandes desafios aos casais (Bottoli et al, 2012).

As relações amorosas e mudanças percebidas no decorrer do relacionamento conjugal constituem o tema da próxima categoria.

O relacionamento conjugal

Sabe-se que a família de origem representa uma rede de influência mútua e com repetições inconscientes que se conectam ao casal, muitas vezes tumultuadas na relação. Afinal, muitos vícios

familiares e comportamentos oriundos permeiam o relacionamento marital, invadindo a nova forma de se relacionar, o que foi percebido na fala desta participante:

“Nós éramos bastante diferentes, porque a família de origem italiana tem o costume de ter os filhos sempre por perto, de não querer que os filhos saiam para muito longe, de ficar por perto, de um construir a casa do lado do outro. Como era o nosso caso. Tinha o apartamento nosso, tinha o dos pais dele. Eram todos bastante perto. Na minha família foram todos mais independentes. E eu vejo que isso interferiu, porque a minha visão é muito individualista, então eu pensava no máximo para nós dois, não no todo, e ele, não, pensava mais na família dele” (F.4).

Também Diniz Neto e Féres-Carneiro (2005), assim como Groisman (2006a), explanam sobre a distância certa da família e dos parentes para a construção da relação. Os autores revelam que o afastamento da família de origem dos cônjuges é fundamental para a evolução satisfatória e saudável de um casal. No momento em que um casal decide viver junto, independentemente da oficialização, terá de assumir novos papéis, vivendo como casal, e não mais somente como filho. Se o casal adotar a nova convivência a dois, dentro de uma nova identidade conjugal, e não mais como se estivesse na família de origem, terá maiores chances de vedar complicações no futuro matrimonial.

“... os parentes dela que se metiam demais. ... a mãe dela nem se fala. Tudo o que ela ia fazer pedia pra mãe dela. Tudo era a mãe dela que mandava, dava opinião, faça isso, faça aquilo. Então, foi nessa parte que a gente começou a brigar, porque no tempo que ela era solteira era a mãe dela que fazia as tarefas e depois lá em casa a mãe dela ia lá e fazia... Eu comprei a casa do lado já porque ela não queria sair de perto da mãe dela. Bah! Não gostava nada. Nunca gostei e sempre falei pra ela. E isso gerava discussão de casal” (M.3).

Verifica-se, nas falas seguintes, respectivamente, a reprodução de valores apreendidos e comportamentos que tentam suprir aquilo que a família de origem não podia oferecer.

“Eu queria colocar em prática tanto no nosso relacionamento como na criação do nosso filho o que eu aprendi. Questões de compromisso, responsabilidade. ... de tomar decisões, de resolver as coisas, de eu pensar que tenho que resolver tudo; isso vem da minha mãe. A minha mãe sempre foi a que tomava frente de tudo na minha casa. Aquela coisa de muito certo, muito correto” (F.3).

“... a minha família era uma família de mais posses... ... a família dela era muito pobre. Então uma coisa que a gente não fechava era que ela sempre queria transparecer mais do que era, tipo gastar de mais, essas coisas. Isso me incomodava e teve muitas brigas por causa disso. Essa foi uma das coisas que desgastou muito o casamento...” (M.4).

Na fala de F.3, a genitora transmite ao filho comportamentos, ensinamentos de sua respectiva família de origem, condutas que, mais tarde, o próprio filho pode repetir. Nos processos de relações e interações à transmissão de valores, saberes e atitudes ocorrem de maneira natural e contribuem de maneira ativa na construção do curso vital de várias gerações (Terres-Trindade, Souza & Predebon, 2012). Estas marcas geracionais possuem cunho saudável, ou, disfuncional, e seus membros as

transmitem para as próximas gerações, formando uma rede mútua de transmissões perniciosas ou de qualidade (Féres-Carneiro & Diniz, 2010). Assim, a transmissão de valores e as vivências familiares se consolidam na educação familiar, passando a ter importância na constituição e formação da pessoa (Schenker, 2008; Minuchin & Fishman, 1999).

No próximo discurso, o casal participante demonstra impasses de seus valores e suas percepções no núcleo do casamento.

“Na minha família a gente é muito unido. E na família dele eles são... É... Muito dinheiro... Só meu, sabe? Se viam a gente ir jantar fora era uma briga porque a gente tava indo gastar na pizzaria. Era uma briga porque a gente tava pedindo um Xis. Sabe, tudo assim. Ah! Pra que sair? Fiquem em casa, assistindo um filme. Então, eu acho que isso interferiu muito na nossa vida... Mas, enfim, a família dele é realmente uma família assim, que não é uma família que eu acho que seja uma família pra mim, sabe? É como eu sempre digo, 50% da família dele foi o nosso problema. Uma grande parte foi eles, e como ele foi criado diferente, sabe. Então na realidade nosso problema sempre foi e sempre vai ser a família dele” (F.2).

“... o lado da minha família influenciou dessa maneira, onde sempre busquei trabalhar pra dar uma comodidade e um conforto para dentro de casa. E sempre busquei imitar a minha família, do tipo, você economiza, mas não deixar faltar o que você tem vontade. E do lado da família dela o que influenciou no nosso cotidiano é que a mãe dela ganhava um salário muito bom. A mãe podia dar as coisas. Não foi o motivo de ter acabado, mas eu estou colocando a influência da família dela, e eu sentia isso. Eu tinha que saber que quando ela saiu de casa ela vivia assim. Eu não podia querer mudar ela. Se ela quisesse mudar e se adaptar... Então, por esse lado talvez a família dela influenciasse por ela ter uma qualidade de vida aparentemente melhor do que a que eu podia dar” (M.2).

É possível entender os distintos valores familiares do casal presentes na vida a dois, de modo a repercutir nas peculiaridades de convivência, gerando conflitos e os norteando à separação, discussão na categoria subsequente.

A separação conjugal

Assim como a escolha conjugal, o processo de separação envolve múltiplos fatores, conscientes e inconscientes. Anton (2000) traz o rompimento no momento em que pelo menos um dos cônjuges se liberta das amarras familiares. Para Féres-Carneiro (1998), em alguns casos, há motivos conscientemente notórios para a decisão da dissolução do casamento; já em outros é difícil de identificar, por estarem em níveis intrapessoais mais profundos. Entre estes múltiplos fatores estão os fatores psicossociais onde se destaca a influência do meio social e da família de origem sobre as pessoas que vivenciam o processo de separação (Rolim & Wendling, 2013).

A seguir, são transcritas percepções decisivas à separação, que as distintas características da família de origem cruzam-se na convivência conjugal, bem como M.1 descreve similaridades de tratamento de sua mãe:

“Eu tive a iniciativa e ele concordou. Eu tinha uma visão e ele sempre teve totalmente outra. A criação dele era diferente daquela que recebi da minha família. Nunca consegui fazer ele ter uma visão certa, do caminho bom que fazia bem para a família. E ele não se ajudou, achava que não era assim. Então a gente decidiu. Vamos nos separar, vamos cada um viver a sua vida e não vamos mais se [sic] ferir, não vamos mais sofrer...” (F.6).

“Não tinha jeito. A gente viveu bastante tempo juntos, mas foi sempre meio forçado. E no momento em que ela começou a se tornar uma pessoa ruim pra mim, assim, eu via a minha mãe, porque meus pais também foram separados e as brigas que eu tive com ela era mais ou menos como minha mãe teve com meu pai, parecia que eu estava vendo o estilo da minha mãe depois” (M.1).

O sistema familiar com padrões funcionais ou mesmo disfuncionais levaria os seus membros a comportamentos previsíveis, como constatado na repetição do esposo de F.3 com problemas de alcoolismo.

“... o que ele aprendeu, da família dele que eu pude notar e que marcou bastante, é que o pai dele é assim, muito de beber, de ir para o bar, pra botecos. Isso eu nunca consegui entender e aceitar. Essa foi a minha cobrança até agora e quando a gente decidiu se separar” (F.3).

Nichols e Schwartz (2007) conceituam a estrutura familiar relacionando-se com o funcionamento de seus membros. Se a família conseguir desempenhar bom andamento, de maneira funcional, permitindo o desenvolvimento adequado, saudável, adaptado de todos os seus membros àquele sistema, extinguirá problemas futuros no comportamento autônomo de seus integrantes, rompendo possíveis disfuncionalidades.

Já o casal participante F.2 mencionou descontentamento na vida a dois, misturando seus valores aprendidos nas suas familiares de origem e trazendo estes no seu relacionamento:

“Porque antes de eu tomar a decisão, eu tive mais de uma conversa com ele. ... eu disse pra ele que eu não saía de casa pelo fato de que deixei de amar, ou coisa assim, só saí de casa porque eu estava amando e estava levando uma vida pelos dois, em vez de os dois levarem uma vida. Se ele pensar em voltar, ele tem que arrumar um serviço pra estar perto de mim. Não me deixar sozinha. ... teria que mudar muita coisa pra gente voltar. Nem que ele não possa me dar a condição de vida que ele tanto quer. ... ele quer mostrar para os pais dele que ele pode me dar essa condição. ... já o que eu quero é que ele esteja perto de mim” (F.2).

“Pode ter faltado de repente o que era mais essencial, o carinho, o afeto, o amor. E eu pensava em ter dado uma comodidade, um negócio assim, que, talvez não era o que precisava, mas foi o que eu trouxe das minhas raízes” (M.2).

Também neste estudo a infidelidade foi identificada em três casos, estando associada a repetições de situações da família de origem, e à decisão de separação.

“Pra ser bem sincera a gente se separou porque ele arrumou outra pessoa... ... brigou e foi embora, me deixou com quatro filhos. ... eu reconheço que eu não dava atenção, não dava carinho, não dava amor, faltou muita coisa, faltou paciência da minha parte, essas coisas assim, foi o que aconteceu. ... o pai dele também fez a mesma coisa com a esposa” (F.1).

“Comecei a desconfiar e fui atrás da certeza. ... tinha outro. ... um pouco o erro foi meu, naquela hora de dar atenção, carinho, isso e aquilo, foi uma coisa que eu não aparecia. Então, o erro não foi especificadamente dela. Eu fazia o dever de homem, sabe, rancho, comida, água, luz, tudo dentro de casa. Pra mim esse era o meu maior dever de homem, não queria que faltasse o que meu pai deixou faltar em casa, até porque nem sei quem ele é. Só que a coisa mais importante faltava, o carinho, a atenção, a amizade. Acho que deixei ela sozinha, como minha mãe sem meu pai” (M.3).

“Ela me traiu com um cara que se parecia com o mesmo cara que ela gostava na época antes de casar comigo, aquele que ela queria casar, mas os pais não aprovaram. No início eu tive raiva dela, pensei sinceramente em matar ela. ... quando eu me separei foi difícil, porque eu tinha uma estrutura, tinha uma maneira de pensar e isso mudou. E como já tinha dito ela casou comigo mais pela vontade da família mesmo” (M.4).

No relato seguinte, a decisão pela separação corresponde ao momento em que a participante percebe-se como sujeito capaz, reconhecendo-se em suas aptidões e motivações pessoais, às quais o parceiro menosprezava:

“... ele me desvalorizava como mulher, minha inteligência, minha capacidade. Esse foi o grande fato que foi me deixando assim... ... ele me anulava. E foi assim, e eu disse “eu vou me separar”, aí eu procurei um advogado” (F.5).

Um casal pode impulsionar um ao outro para o crescimento e estímulos de seus potenciais, ou, então, levá-lo à imobilidade (Groisman, 2006a). Nesse caso, F.5 revelou sentimentos de desvalia frente a sua capacidade e seus potenciais, quando estava com seu companheiro.

O processo de separação foi descrito pelos sujeitos desta pesquisa de forma muito difícil e dolorosa. Mesmo assim, a decisão pela separação pode evitar maiores sofrimentos emocionais à convivência diária aos seus membros.

Anton (2000) argumenta que, mesmo que a separação corresponda à melhor saída em determinados casos, os cônjuges são acometidos por sentimentos de fracasso, de impotência e de perda, existindo um luto a ser superado, aos quais reagem com raiva, medo, tristeza ou culpa, perdurando, geralmente, semanas ou até meses essa elaboração, a qual se assemelha ao luto. Corroborando com esta afirmação, Rolim e Wendling (2013) destacam que apesar de em alguns casos a separação representar melhor qualidade de vida, todas envolvem muito sofrimento e, em alguma medida, a separação significa a presença da morte na vida, pois o casal vivencia a sensação de morte recíproca.

Conclusão

Com base na revisão teórica e nas informações colhidas, puderam-se verificar através das percepções dos participantes as influências das famílias de origem na escolha conjugal, na vida a dois, e na decisão da dissolução do matrimônio.

Os valores culturais das gerações anteriores, vão influenciando, sem que se perceba, no transcorrer da vida em seus membros, em decisões idiossincráticas, externando-as em direções vitalícias. Essas influências familiares, quando maléficas, podem aprisionar o avanço conjugal, a partir da intensidade desses registros, manifestando obstáculos, levando a sentimentos de desilusões e comportamentos que tendem a bloquear o avanço do casal, originando dificuldades ou fracassos na escolha do cônjuge, na evolução do relacionamento amoroso, de modo que possa resultar na separação.

A família, preconizada pelos padrões geracionais, constitui os seus membros. Através dela somos herdeiros das histórias dos nossos antepassados, carregando essa bagagem ao presente e ao futuro, permeando nossos vínculos pessoais e interpessoais, conectando-a com significações bastante intensas. Nela, são definidas conexões interdependentes, de um todo constituído, que, a partir do comportamento de um membro, influenciam e são influenciados circularmente. Sendo assim, é possível dizer que a história de cada um, a partir dos relacionamentos conjugais, pode ser descrita pelo intermédio de sua bagagem familiar.

A partir deste estudo foi possível identificar no conteúdo das falas dos participantes o reconhecimento de semelhanças do seu relacionamento conjugal com dos seus pais ou sogros, bem como da influência mais diretiva das famílias de origem em diversas fases da vida conjugal. A psicoterapia de casal se mostra aqui como uma possibilidade de intervenção do profissional da psicologia, podendo minimizar disfuncionalidades que afetam e impedem o crescimento conjugal. Este tipo de intervenção proporciona amadurecimento emocional à compreensão das desavenças que podem desalinhar o funcionamento saudável da união. Redirecionando, assim, os entraves provindos das famílias de origem, e, amenizando surpresas que possam desestabilizar o funcionamento marital.

Referências

- Anton, I. L. C. (2000). *A escolha do cônjuge: Um entendimento sistêmico e psicodinâmico*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Ariès, P. (1981). A família e a cidade. In S. A. Figueira, & G. Velho (Eds.), *Família, psicologia e sociedade* (pp. 13-23). Rio de Janeiro: Campus.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora 70.
- Barthes, R. (2003). *Fragmentos de um discurso amoroso* (M. V. M. de Aguiar, Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bottoli, C., Antoniazzi, M. P., Denard, A. T., & Silva, L. M. (2012). Separação conjugal: Suas implicações e os desafios para psicologia. *Anais do 5º Interfaces no Fazer Psicológico: Direitos*

- Humanos, Diversidade e Diferença*. Psicologia Unifra. Santa Maria. RS.
- Braz, M. P., Dessen, M., & Silva, N. L. P. (2005). Relações conjugais e parentais: Uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Deslandes, S. (1994). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Diniz Neto, O., & Feres-Carneiro, T. (2005). Psicoterapia de casal na pós-modernidade: Rupturas e possibilidades. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 133-141.
- Diniz Neto, O., & Feres-Carneiro, T. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais – revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 20(46), 269-278.
- Féres-Carneiro, T. (1995). Casais em terapia: Um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44(2), 67-70.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2).
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, 8(3), 367-37.
- Féres-Carneiro, T. (2005). *Entrevista Familiar Estruturada – EFE: um método clínico de avaliação das relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 111-121). Rio de Janeiro: Ed. PUCRJ.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2008). De onde viemos? Uma revisão histórico-conceitual da psicoterapia de casal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 487-496.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. *Paidéia*, 20(46), 269-278.
- Féres-Carneiro, T., & Ziviani, C. (2010). Conjugalidades contemporâneas: Um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In T. Féres-Carneiro, & C. Ziviani. (Eds.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 83-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Franco, M. (2005). *Análise de conteúdo* (2ª ed.). Brasília: Líber Livro Editora.
- Freud, S. (1913, 1914). (2006). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas* (Edição Standard Brasileira, Vol. 13). Rio de Janeiro: Imago.
- Goldenberg, M. (2000). O macho em crise. In M. Goldenberg (Ed.), *Os novos desejos* (pp. 15-39). São Paulo: Record.
- Goldenberg, M. (2001). Sobre a intervenção do casal. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 1(1), 89-104.
- Groisman, M. (2006a). *Família é Deus: Descubra como a família define quem você é* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas.
- Groisman, M. (2006b). *Família, trama e terapia: A responsabilidade repartida* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). *Recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Retrieved March 25, 2012,

- from.<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006622611112011261330432122.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2005). *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro. Retrieved 20 June, 2012, from <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006622611112011261330432122.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). *Recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Retrieved 20 June, 2012 from <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2009). *Recenseamento geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Retrieved 20 June, 2012, from http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1753.
- Jablonski, B. (1998). *Até que a vida nos separe: A crise do casamento contemporâneo* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Agir.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2008). Demanda clínica em psicoterapia de família: Arte-diagnóstico familiar como instrumento facilitador. *Paidéia*, 18(41), 555-566.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro T. (2003, Jan.). Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: O parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. *Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial*, Rio de Janeiro. Retrieved 10 March, 2012, from http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5a_Carneiro_39020903_port.pdf.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 10(16), 243-255.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro T. (2007). Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In T. Féres-Carneiro (Eds.), *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp.341-364). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Minuchin, S., & Fishman, C. H. (1990). *Técnicas de terapia familiar* (C. Kinsch & M. E. F. R. Maia, Trans.). Porto Alegre: Artmed.
- Moroz, M. (2002). *O processo de pesquisa: Iniciação*. Brasília: Plano Editora.
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). A terapia familiar sistêmica de Bower. In M. P. Nichols, & R. C. Schwartz (Eds.), *Terapia familiar: Conceitos e métodos* (pp. 129-156). Porto Alegre: Artmed.
- Perlin, G., & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: Mito ou realidade. *Psicologia Clínica*, 17(2), 15-29.
- Rolim, K. I.; Wendling, M. I. (2013). A história de nós dois: Reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. *Revista Psicologia Clínica*, 25(1), 165-180.
- Rosset, S. M. (2005). *O casal nosso de cada dia*. Curitiba: Sol.
- Schernker, M. (2008). Reflexões sobre valores familiares e família. In M. Schernker (Ed.). *Valores familiares e uso abusivo de drogas* (pp. 151-157). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Terres-Trindade, M., Souza, F. P., Predebon, J. C. (2012). Intergeracionalidade e educação: A perpetuação de práticas educativas maternas. *Pensando Famílias*, 16(2), 29-45.

Zordan, P. E. (2008). *Mitos conjugais: A perspectiva dos adultos jovens* (Master's thesis). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Zornig, S. M. A. J. (2010). Transmissão psíquica: Uma via de mão dupla?. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 25-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Waldemar, J. O. C. (2008). Terapia de casal. In A. V. Cordioli, & cols (Eds.), *Psicoterapias: Abordagens atuais* (3ª ed.) (pp. 246-262). Porto Alegre: Artmed.

Endereço para correspondência

cintia_quissini@yahoo.com.br

ledarubia@yahoo.com.br

Enviado em 25/11/2013

1ª revisão em 04/06/2014

2ª revisão em 03/11/2014

Aceito em 20/11/2014